

ALFABETIZANDO COM A DIVERSIDADE DE TEXTO

Bianca de Oliveira Delgado (G-UNIPAR)
 Carolina Martins Ferreira (G-UNIPAR)
 Cristina Hitomi Misse (G-UNIPAR)
 Eliane Alves de Oliveira (G-UNIPAR)
 Roberta Bagnara Barbosa (G-UNIPAR)
 Sueli Bonadio (D-UNIPAR)

Resumo: Sabemos, atualmente, que um sujeito plenamente alfabetizado é aquele capaz de atuar com êxito nas mais diversas situações de uso da língua escrita. Dessa maneira, não basta ter o domínio do código alfabético - saber codificar e decodificar um texto: é preciso conhecer a diversidade de textos que circulam socialmente, suas funções e também os procedimentos adequados para interpretá-los e produzi-los. O processo de alfabetização, assim entendido, estende-se ao longo de toda a escolaridade e tem início muito antes do ingresso da criança na escola, em suas primeiras tentativas de compreender o universo letrado que a rodeia. Também implica tomar como ponto de partida o texto, pois este, sim, é revestido de função social - e não mais as palavras ou muito menos as sílabas sem sentido.

Palavras-Chave: Alfabetização, Letramento e diversidade de texto.

Abstrat: We know, currently, that a citizen fully alphabetized is able to act with success in the different situations to use the written language. In this way, it is not enough to have the domain of the alphabetical code - to know how to codify and to decode a text: it is necessary to know the diversity of the texts that socially circulate, their functions and also the adjusted procedures to interpret them and produce them. The education process, such as it is understood, extends itself throughout the Scholaryty and it begins before the coming in of the child to the school, when this child attempts to understand the scholar universe where he lives. The text implies the starting point, because it is coated with social function - and not more with the words or with the meaningless syllables.

Key Words: alphabetization, Literacy and text diversity.

Introdução

Para Teberosky, a escrita deve ser entendida como um sistema de notação, que no caso da língua portuguesa é alfabético (conhecer as letras, sua organização, sinais de pontuação, letra maiúscula, ortografia etc.). A linguagem escrita é definida como as formas de discurso, as condições e situações de uso nas quais a escrita possa ser utilizada (cartas, notícias, relatos científicos etc.).

A alfabetização plena, que não se limita a ensinar a soletrar e a assinar, remete-nos ao conceito de leitura como ato individual, experiência singular, interação autor/texto/leitor; leitura e escrita como formas fundamentais de integração do homem à cidade, permitindo-lhe ser cidadão, consciente de seu compromisso com a coletividade e com a luta por direitos e deveres iguais para todos. É esse o conceito de alfabetização que desejamos tornar acessível a todos.

A alfabetização é concebida hoje como aquisição de um novo conhecimento, ou seja, construção de um conceito,

o que implica descobrir como é possível, com um número limitado de letras (o alfabeto), representar um número infinito de palavras.

Segundo Ferreira (1987), “as mudanças necessárias para enfrentar sobre novas bases a alfabetização inicial não se resolvem com um novo método de ensino.(...) É preciso rever as práticas de introdução da língua escrita e os pressupostos subjacentes a elas.(...)”

A língua escrita é um sistema de relações, com dois processos: ler e escrever. Na aprendizagem destes processos, a criança percorre longo caminho, passando por estágios evolutivos de elaboração, descritos por Ferreira e Teberosky (1991).

Basicamente, há três descobertas que as crianças precisam fazer e que deveriam ser o objetivo principal da alfabetização escolar: Para que serve a escrita? O que representa? Como funciona? As respostas a estas questões não podem ser simplesmente passadas às crianças. Elas as descobrirão, interagindo com os variados tipos de texto existentes no ambiente em que vivem – cartazes, letreiros, placas, anúncios, rótulos, embalagens, receitas, bulas, catálogos, revistas, jornais, almanaques, enciclopédias – utilizados no cotidiano da classe, sempre em situações concretas de uso social, além dos livros de literatura infantil. São importantes também as oportunidades de utilização da escrita funcional: escrever (em dupla, individual ou coletivamente) bilhetes, recados, mensagens, convites, notícias, como ato de comunicação, para um leitor real e não apenas para o professor corrigir. Essa interação com o uso social da língua escrita provocará a compreensão da escrita como sistema de representação que amplia as possibilidades de comunicação interpessoal.

A leitura limitada ao livro didático (cartilha), com textos descontextualizados e sem significado e a escrita com letra cursiva dificultam a percepção dos conceitos básicos sobre a língua escrita, eliminando, aos poucos, dois fatores indispensáveis à aprendizagem: o desejo (de ler) e a curiosidade natural quanto ao objeto de conhecimento (a língua escrita).

A sistematização do processo de alfabetização se dará ao longo dos anos subseqüentes. Na medida em que o aluno adquire segurança no contato prazeroso, contextualizado e significativo com a língua escrita, sua leitura torna-se mais fluente e compreensiva. Por meio da leitura, o aluno assimila, aos poucos, as convenções ortográficas e gramaticais, adquirindo competência de escrita compatível com as exigências da escrita socialmente aceita. Desenvolvem-se, assim, o gosto e o interesse pela leitura e a habilidade de inferir, interpretar e extrapolar as idéias do autor, formando-se o leitor crítico.

Ter clareza de que o êxito da alfabetização não depende de um método determinado nem do livro didático / cartilha, mas da postura, da segurança e do comprometimento da professora com o desempenho da turma. O importante é transformar a sala de aula, a biblioteca e toda a escola em ambiente alfabetizador, com material de leitura farto e diversificado.

Paralelamente, os diferentes tipos de textos precisam aparecer como objetos de análise em si mesmos, permitindo aos alunos diferenciá-los, conhecer melhor suas funções e características específicas. Para que isso se efetive, não só é necessário que saibam interpretá-los, como também escrevê-

los. A expressão pessoal - cartas bilhetes, diários etc. –deverá ser, na mesma medida, da escrita de outros textos, inclusive apoiada em modelos.

A alfabetização não é um estado, mas um processo. Ele tem início bem cedo e não termina nunca. Nós não somos igualmente alfabetizados para qualquer situação de uso da língua escrita. Temos mais facilidade para ler determinados textos e evitamos outros. O conceito também muda de acordo com as épocas, as culturas e a chegada da tecnologia.

Além de alfabetização, hoje se fala muito em letramento. Este termo é uma tradução da palavra literacy. Em sua origem, significa alfabetização e muito mais. Há algum tempo descobriram no Brasil que se podia usar a expressão letramento que significa estar em contato com distintos tipos de texto compreender o que se lê. Alfabetização se tornou sinônimo de decodificação. Esse período de decodificação prévia e aquela que se passa a perceber a função social do texto. Acreditar nisso é dar razão à velha consciência fonológica.

Letramento no lugar de alfabetização, tudo bem. A coexistência dos dois termos é que não funciona.

Aprender a escrever, alfabetizar-se é mais do que aprender a grafar sons; ou mesmo, mais do que aprender a simbolizar graficamente um universo sonoro já por si mesmo simbólico. Aqui, aprender a escrever é aprender novos modos do discurso (gêneros); novos modos de se relacionar com interlocutores, muitas vezes, virtuais; novos modos de se relacionar com temas e significados; novos motivos para comunicar em novas situações. Aprender a escrever é, aqui sim, construir uma nova inserção cultural.”(VYGOTSKY)

“Se uma criança sabe ler, mas não é capaz de ler um livro, uma revista, um jornal, se sabe escrever palavras e frases, mas não é capaz de escrever uma carta, é alfabetizada, mas não é letrada”, explica. Para ela, em sociedades grafocêntricas como a nossa, tanto crianças de camadas favorecidas quanto crianças das camadas populares convivem com a escrita e com práticas de leitura e escrita cotidianamente, ou seja, vivem em ambientes de letramento. “A diferença é que crianças das camadas favorecidas têm um convívio inegavelmente mais freqüente e mais intenso com material escrito e com práticas de leitura e de escrita”, diz. “É prioritário propiciar igualmente a todos, o acesso ao letramento, um processo de toda a vida”. (Magda, (UFMG).

Para mim, é essencial que as crianças estejam profundamente envolvidas com a escrita, que compartilhem seus textos como os outros e que percebam a si mesmas como autoras. Creio que estas coisas estão interconectadas. Uma sensação de autoria nasce de uma luta para imprimir no papel algo grande e vital e da observação de que as próprias palavras impressas atingem os corações e as mentes dos leitores. (Calkins, Lucy Mc Cormick, 1989)

Os PCNS afirmam: “*que o aluno amplie o domínio do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no um mundo da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania*”.(PCNs, 1998:32)

Ao colocar em primeiro plano o uso da linguagem enquanto discurso, os PCNs prestigiam o texto como unidade de ensino desde as séries iniciais. A metodologia prevista vai do USO da língua para a REFLEXÃO sobre a língua e desta novamente para o USO (USO - REFLEXÃO -USO). Assim, negam-se as metodologias tradicionais com palavras, sílabas e letras descontextualizadas, tão comuns ainda. Na concepção dos PCNs, a alfabetização torna-se uma prática de reflexão sobre a língua.

No cotidiano da sala de aula, o professor deve utilizar as situações reais de comunicação para que as crianças escrevam e leiam textos verdadeiros, que tenham coesão e coerência, e que estejam adequados ao contexto de comunicação.

As cartilhas tradicionais não são recomendadas, pois apresentam textos fragmentados, e condicionam as crianças a escrever da mesma forma

Se o processo de alfabetização é uma reflexão sobre a língua, o professor deve partir do texto do aluno para explorar as regras que estruturam a escrita convencional. Essa escrita convencional inclui muito mais do que a ortografia. Inclui a reflexão sobre os mecanismos de coesão do texto, a pontuação, a progressão temática e, ainda, a adequação à situação de comunicação.

Porém, o mais importante é que os alunos sejam expostos a um repertório variado de textos, principalmente de textos longos, para ter contato com estruturas diversificadas que desenvolvam a compreensão e a análise crítica.

Conclusão

A leitura como prática social é sempre um meio, nunca um fim. Ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal.

Fora da escola, não se lê para aprender a ler, não se lê de uma única forma, não se decodifica palavra por palavra, não se respondem a perguntas de verificação do entendimento preenchendo fichas exaustivas, não se fazem desenhos para mostrar o que mais gostou e raramente se lê em voz alta, ou seja: a prática constante da leitura não significa a repetição infundável dessas atividades escolares.

Uma prática constante de leitura na escola pressupõe o trabalho com a diversidade de objetivos, modalidades e textos que caracterizam as práticas de leitura de fato. Diferentes objetivos exigem diferentes textos e cada qual, por sua vez, exige um tipo específico, uma modalidade de leitura.

Em certos textos basta ler algumas partes, buscando a informação necessária, outros precisam ser lidos exaustivamente, vaias vezes. Há textos que se podem ler rapidamente, mas outros devem ser lidos devagar.

Há leituras em que é necessário controlar

atentamente a compreensão, voltando atrás para se certificar do entendimento; outras em que se segue adiante sem dificuldade, entregue apenas ao prazer de ler.

Há leituras que requerem enorme esforço intelectual e, a despeito disso, dão vontade de ler sem parar; em outras o esforço é mínimo e, mesmo assim, dá vontade de deixá-la para depois. Para tornar os alunos bons leitores – para desenvolver muito mais do que a capacidade de ler, o gosto pela leitura e um compromisso com ela -, a escola precisa mobilizá-los internamente, pois aprender a ler (e também ler para aprender) requer esforço.

Os alunos devem ver na leitura algo interessante e desafiador, uma conquista capaz de dar autonomia e independência. E devem estar confiantes, condição para enfrentar o desafio e “aprender fazendo”.

Uma prática de leitura que não desperte nem cultive o desejo de ler não é uma prática pedagógica eficiente.” (SOLIGO, Rosana. Programa de Formação de Professores Alfabetizadores. M1U7T8. Brasília: Ministério da Educação, 2001).

Referências

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

CALKINS, L. C. **A arte de ensinar a escrever**: o desenvolvimento do discurso escrito. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.